

## ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS POSSIBILIDADES COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

### EXPLORATORY STUDY ON THE GOVERNANCE OF CULTURAL HERITAGE AND ITS POSSIBILITIES WITH COMMUNITY-BASED TOURISM

### ESTUDIO EXPLORATORIO SOBRE LA GOBERNANZA DEL PATRIMONIO CULTURAL Y SUS POSIBILIDADES CON EL TURISMO COMUNITARIO

Giancarlo Moser

[giancarlo.moser@animaeducacao.com.br](mailto:giancarlo.moser@animaeducacao.com.br)

Thiago Henrique Almino Francisco

[proftf@gmail.com](mailto:proftf@gmail.com)

#### Resumo:

Este trabalho aborda a relação entre patrimônio histórico e cultural e o turismo de base comunitária, que é uma abordagem valiosa para o desenvolvimento cultural e histórico sustentável em uma região. A cultura na maioria dos estudos da atividade turística está subordinada ao imperativo financeiro e atende ao mercado. O Turismo de base comunitária é uma abordagem que enfatiza a envolvimento da comunidade local no planejamento, operação e gerenciamento de atividades turísticas, com o objetivo de maximizar os benefícios econômicos e sociais para a comunidade. Este trabalho está dividido numa primeira parte onde são discutidos os conceitos de Turismo Cultural e Turismo de Base Comunitária, procurando possíveis inter-relações e sinergias entre ambos, propostos em uma abordagem de metodologia de pesquisa teórico-exploratória que permite a possibilidade de avançar no conhecimento sobre um determinado tema e desenvolver novas teorias ou hipóteses. Um dos maiores desafios é exatamente como implantar uma experiência de TBC que poderá vingar exitosa e que esteja efetivamente inserida nos anseios e perspectivas de uma comunidade, quaisquer que sejam sua matriz étnica ou social, pois a condução de planejamento e gestão de quaisquer processos deste modelo deve atingir pleno engajamento social e político dos atores envolvidos, buscando superar possíveis diferenças conceituais e ideológicas no seio da comunidade, onde o bem comum irá sobrepor interesses individuais e atingirá o bem comum.

**Palavras chave:** Patrimônio Histórico e Cultural; Sustentabilidade e Conservação; Turismo de Base Comunitária; Turismo Cultural.

#### Abstract:

This paper addresses the relationship between historical and cultural heritage and community-based tourism, which is a valuable approach to sustainable cultural and historical development in a region. Culture in most studies of tourist activity is subordinated to the financial imperative and serves the market. Community-based tourism is an approach that emphasizes the involvement of the local community in the planning, operation and management of tourism activities, with the aim of maximizing economic and social benefits for the community. This work is divided into a first part where the concepts of Cultural Tourism and Community Based Tourism are discussed, looking for possible interrelationships and synergies between both, proposed in a theoretical-exploratory research methodology approach that allows the possibility of advancing in knowledge on a given topic and develop new theories or hypotheses. One of the biggest challenges is exactly how to implement a TBC experience that could be successful and that is effectively inserted in the wishes

and perspectives of a community, whatever its ethnic or social matrix, since the conduction of planning and management of any processes of this model it must achieve full social and political engagement of the actors involved, seeking to overcome possible conceptual and ideological differences within the community, where the common good will override individual interests and reach the common good.

**Keywords:** Historical and Cultural Heritage; Sustainability and Conservation; Community Based Tourism; Cultural Tourism. Resumen:

### **Resumen:**

Este artículo aborda la relación entre el patrimonio histórico y cultural y el turismo comunitario, que es un enfoque valioso para el desarrollo cultural e histórico sostenible en una región. La cultura en la mayoría de los estudios de la actividad turística está subordinada al imperativo financiero y al servicio del mercado. El turismo comunitario es un enfoque que enfatiza la participación de la comunidad local en la planificación, operación y gestión de las actividades turísticas, con el objetivo de maximizar los beneficios económicos y sociales para la comunidad. Este trabajo se divide en una primera parte donde se discuten los conceptos de Turismo Cultural y Turismo de Base Comunitaria, buscando posibles interrelaciones y sinergias entre ambos, propuestos en un enfoque metodológico de investigación teórico-exploratorio que permita la posibilidad de avanzar en el conocimiento sobre un determinado tema y desarrollar nuevas teorías o hipótesis. Uno de los mayores desafíos es exactamente cómo implementar una experiencia de TBC que pueda ser exitosa y que se inserte efectivamente en los deseos y perspectivas de una comunidad, cualquiera que sea su matriz étnica o social, ya que la conducción de la planificación y gestión de cualquier proceso de esta modelo que debe lograr el pleno compromiso social y político de los actores involucrados, buscando superar las posibles diferencias conceptuales e ideológicas dentro de la comunidad, donde el bien común prevalecerá sobre los intereses individuales y alcanzará el bien común.

**Palabras Clave:** Patrimonio Histórico y Cultural; Sostenibilidad y Conservación; Turismo de Base Comunitaria; Turismo cultural.

## **1. INTRODUÇÃO**

Esta proposta parte da perspectiva sobre alguns debates e questões relacionadas ao Patrimônio Histórico e Cultural e como este tema vêm e causando diferentes impactos na gestão e conservação patrimonial, bem como na oferta da atividade turística nela relacionado. O atual consumo do patrimônio e a mercantilização da cultura trouxeram uma nova dinâmica ao setor, pelo crescente desejo de se conhecer e compreender aqueles que são os recursos específicos dos destinos turísticos, com a possibilidade de serem transformados em vantagens competitivas.

O patrimônio histórico e cultural de uma região é uma parte intrínseca e indelével das raízes e a identidade de um povo. Preservar e promover esse patrimônio é uma tarefa que requer esforços conjuntos de governos, comunidades e setor privado. Nesse contexto, o conceito de "Turismo de Base Comunitária" tem se destacado como uma possível abordagem para equilibrar o

desenvolvimento do turismo com a proteção e valorização do patrimônio. Este texto apresenta um estudo exploratório sobre as possibilidades e limites da sinergia entre o patrimônio histórico e cultural e o turismo de base comunitária. O objetivo é analisar como essas duas dimensões podem interagir e contribuir mutuamente para o desenvolvimento sustentável e a conservação do patrimônio.

O turismo de base comunitária, com seu enfoque na participação ativa das comunidades locais, pode desempenhar um papel crucial na preservação do patrimônio histórico e cultural. Ao empoderar as comunidades para que assumam o controle de suas próprias atrações turísticas, esse modelo de turismo cria um senso de pertencimento e responsabilidade em relação ao patrimônio local. As comunidades, ao perceberem o valor de suas tradições, monumentos e práticas culturais, tornam-se defensoras naturais da conservação e transmissão desse legado às gerações futuras. Além disso, ao oferecer serviços e experiências turísticas autênticas, o turismo de base comunitária contribui para a valorização econômica do patrimônio, incentivando seu cuidado e manutenção.

No entanto, é importante considerar os limites dessa sinergia. Em algumas situações, o turismo pode exercer pressão excessiva sobre o patrimônio histórico e cultural. O aumento do fluxo de visitantes, se não gerenciado adequadamente, pode levar à degradação estrutural e à descaracterização dos sítios históricos e memoriais. Portanto, é fundamental estabelecer medidas de controle e limitação de acesso, além de educar os visitantes sobre a importância de respeitar e preservar o patrimônio.

Utiliza-se neste trabalho a metodologia de pesquisa teórico-exploratória, que é caracterizada pela revisão sistemática e crítica da literatura existente sobre um determinado tema, com o objetivo de identificar lacunas ou inconsistências na teoria e formular novas hipóteses ou teorias. Diferentemente da pesquisa exploratória, a pesquisa teórico-exploratória não envolve a coleta de dados empíricos, mas sim a análise crítica de informações qualitativas disponíveis. As oportunidades da metodologia de pesquisa teórico-exploratória incluem a possibilidade de avançar no conhecimento sobre um determinado tema, desenvolver novas teorias ou hipóteses e identificar áreas para pesquisas futuras.

Este trabalho está dividido em uma primeira parte onde se apresentam conceitos de Cultura, Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural, Turismo Cultural e Turismo de Base Comunitária, buscando as possíveis interrelações e sinergias entre ambos.

## 2. CULTURA

Ao pretender-se um trabalho de abordagem sobre: Patrimônio Histórico e Cultural e Turismo Cultural, é mister conceituar Cultura, principalmente pelo caráter polissêmico que o termo assume nessa areia movediça das Ciências Humanas.

Nesse sentido, partimos pela definição elaborada pelo antropólogo Clifford Geertz, no qual cultura compõe um sistema entrelaçado de símbolos compartilhados pelos atores sociais, por meio dos quais eles se comunicam, desenvolvem seu conhecimento e encontram sentido nos acontecimentos e nas atividades em relação à vida. Segundo a sua interpretação, a cultura compõe a dinâmica entre o *ethos* de um povo e sua visão de mundo, representado uma relação circular entre os elementos valorativos de uma cultura - como seus aspectos morais e estéticos - e os aspectos cognitivos e existenciais. De acordo com este autor, o *ethos* de um povo é compreendido como sendo "o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição" (Geertz 1989, p. 143) e é uma atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete.

A cultura é, portanto, o contexto no qual ocorrem os acontecimentos sociais, transmite-se comportamentos, constroem-se conhecimentos e se configuram instituições. É dentro desse contexto que as pessoas interagem, convivem e compartilham significados, dentro de uma noção análoga à perspectiva do *habitus*, de Bourdieu, que diz que este conceito:

(...) mostra que a cultura não é só um código comum, nem mesmo um repertório comum de respostas a problemas comuns ou um grupo de esquemas de pensamento particulares e particularizados: é, sobretudo, um conjunto de esquemas fundamentais, precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares" (Bourdieu, 1974, p. 149).

Di Pietro et al (2015, p. 61) afirmam ainda que a cultura é parte intrínseca da identidade de uma comunidade, pois a mesma influencia a vida cotidiana e as pessoas tendem a agir de maneiras parecidas:

(...) a cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano e na criação de identidades e hábitos dos indivíduos, assim como das comunidades. O patrimônio e a cultura, de fato, influenciam e são afetados pela vida cotidiana de todas as comunidades e pessoas. (tradução nossa)

Para uma compreensão mais ampla do sentido semântico de Cultura, como manifestação expressa no Patrimônio Histórico e Cultural, é oportuno buscar compreender alguns conceitos pertinentes ao uso dos locais públicos e/ou privados e sua relevância como Lugares de Memória, expressão identificada pelo Historiador francês Pierre Nora para descrever certos espaços e certas temporalidades que acabam por ser sacralizados em determinados grupos nos hodiernos espaços da urbe.

Essa acepção de “lugares de memória” assume um relevante significado por fazer parte da memória coletiva, e muitas vezes afetiva, de determinados grupos sociais em relação à formação étnica ou histórica, pois identifica, de várias maneiras, a memória de um passado comum e de uma identidade que faz com que o grupo tenha uma noção de pertencimento de um local específico, identificado como berço cultural ou genético, reivindicando para si certa parcela de memória identitária.

Neste sentido, podemos buscar uma maior precisão semântica quando apontamos de estarmos discutindo um grupo humano que vivem em um espaço local definidos e identificados de maneira histórica, jurídica e cultural. Para melhor concepção utilizaremos aqui a conceituação destes grupos como “comunidade”, haja vista que estaremos propugnando a ideia de Turismo de Base Comunitária no planejamento e na gestão de patrimônio cultural. Não obstante, por comunidade entendemos<sup>1</sup> um grupo de pessoas que vivem no mesmo lugar e têm algo em comum, seja cultura, atividade econômica ou simplesmente a terra e seus ecossistemas. Na maioria dos casos, neste estudo, são principalmente: agricultores, pescadores, povos indígenas, artesãos ou quilombolas (assentamentos fundados por pessoas de origem africana) que vivem em áreas periféricas aos conglomerados urbanos.

### **3. UMA BREVE CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL**

---

<sup>1</sup> Diversos pesquisadores se debruçaram sobre o conceito “comunidade”. Poderíamos, a título de exemplo, citar alguns clássicos como Ferdinand Tönnies (1973, 1995), Max Weber (1973), Robert A. Nisbet (1953), Martin Buber (1987), Talcott Parsons (1969), além de contribuições mais recentes, como as de Zygmunt Bauman (2003), Gianni Vattimo (2007), Roberto Espósito (2007), Davide Tarizzo (2007), Manuel Castells (1999), Marcos Palácios (2001), Raquel Recuero (2003), além de Círcia Peruzzo (2002) e Raquel Paiva (2003), entre outros.

A dinâmica do conceito de Patrimônio Cultural compreende várias vertentes ao longo dos anos, o que poderá ser percebido nas próximas linhas, onde as acepções de diferentes estudiosos e instituições são apresentadas. Percebe-se que esse conceito segue em construção. Com a intenção de, para este estudo, sinalizar relações entre Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural aponta-se, por um lado, à concepção de Perinotto (2011) onde alega que, mesmo permanecendo na mesma essência, Patrimônio Histórico e Patrimônio Cultural, assumem definições diferentes, sendo o patrimônio histórico relativo aos bens de caráter tangível: edificações, documentos e objetos, por exemplo. Por outro lado o patrimônio cultural abarcaria além dos bens tangíveis, como a maneira de falar, as diversas manifestações populares, saberes e fazeres, como o artesanato, a culinária e a outros bens tangíveis.

Por outro enfoque, Monastirsky (2006, p. 10) utiliza o termo “patrimônio cultural-histórico”, amalgamando estes bens em uma só expressão, e afirma que uma das derivações que ele melhor representa é a memória social, indicando que este tema se dispersa entre conceitos das ciências sociais, sendo que estudos e propostas de análises passam, por conseguinte, por interpretações interdisciplinares.

Na trajetória sobre os conceitos de patrimônio cultural, buscou-se base em diversos autores, entre eles: Barreto, 1999; Bonink, C. and Richards, G., 1992; Camargo, 2005; Smith, 1992; McIntosh e Goeldner, 1986; Silberberg, 1995; Richards, 1996; Mcintosh&goeldner, 1999; Prentice, 2001; Mckercher e Cros, 2002; Beni, 2003; Smith, 2003; Craik, 2003; Petroman ET AL., 2013; Marujo ET AL, 2013; Marujo, 2015; Cullen, 1971; Lynch, 1997; Rossi, 1995; Boullon, 2002.

Para melhor delinear a temática aqui consignada, vamos abordar, sucintamente, três conceitos fundamentais para os estudos sobre patrimônio cultural: Identidade, Memória e Espaço. Sobre identidade, pode-se iniciar com o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Histórico de Minas Gerais - IPEHA, que distingue que Identidade é “tudo aquilo que diferencia e identifica o homem: um grupo social político étnico, religioso etc.”, ou seja; tudo que atribui distinção, por meio de suas ações em sociedade, ao longo da história. Instituto complementa que: “Os marcos do passado constituem parte da memória social e da identidade cultural das comunidades. O passado solidifica a identidade presente e permite o vislumbre do futuro”; portanto, segundo premissa, a identidade não existe sem passado (MINAS GERAIS, 2008)

Para discorrer sobre memória e sua relação com o passado e presente, pode-se citar Bolle (1984, p. 13), quando afirma que: “A memória não aparece apenas como uma instância voltada para o passado. Devemos imaginá-la como uma relação dinâmica entre passado e presente”, e enfatiza que, “A memória é um elemento muito enraizado no presente”.

Neste sentido, João (2005), especifica “memória coletiva” quando esta junta um “conjunto de referências, valores e saberes” que determinado grupo tem em comum e de “representações que partilha sobre si e a sua trajetória”, para a autora a memória busca referências nas heranças culturais e no passado, “mas este é representado em função dos interesses e valores do presente e das aspirações em relação ao futuro”.

Em outra concepção, além de também relacionar a memória como o tempo presente, o historiador francês Pierre Nora (1981, p. 9) quando diz que “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” e trata de incluir ao conceito, uma característica dinâmica, indicando que:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções (NORA, 1981, p. 9).

Pierre Nora constrói suas teorias a partir da constatação de que a memória nacional francesa sofre uma “rápida desapareição”, sendo assim, ganha forma de diagnóstico histórico e projeto historiográfico, elegendo o tempo presente (recorte temporal), a sociedade francesa (determinada sociedade) e a existência de vínculos entre a permanência de uma memória nacional francesa e certos elementos – “lugares” (pressuposto fundamental), para o diagnóstico (GONÇALVES, 2012). Esta constatação está evidenciada, em Nora (1984):

A rápida desapareição de nossa memória nacional me pareceu demandar um inventário dos lugares onde ela havia eletivamente se encarnado e que, por vontade dos homens ou pelo trabalho dos séculos, restaram como os mais ruidosos símbolos: festas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus.

Sobre esta concepção, o lugar de memória supõe:

“a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história”. A noção é feita para englobar

ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Cabe ao historiadores analisar essa ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhe o mecanismo, de estabelecer-lhe os estratos, de distinguir-lhe as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer. (NORA, 1997, p. 226)

Sendo assim, se estabelece claramente uma relação entre memória e espaço, quando se é definido “lugar de memória” como um elemento expressivo e simbólico do patrimônio.

Continuando na investigação sobre conceitos de patrimônio, coerente com a interdisciplinaridade proposta ao conceber a ideia desse trabalho, percorre-se por uma interpretação geográfica e recorre-se à Figueiredo (2013), que ao tratar de reflexões sobre o uso do território a partir da patrimonialização, indica que “o patrimônio cultural”, mais especificamente, e suas categorias de análise possuem uma expressão espacial constituída na própria identidade. Pois quando o espaço transpõe o tempo na memória social, este se torna então, patrimônio, o que caracteriza como “campo conflituoso de representações sócio-políticas”. Desta maneira, pode-se perceber que o autor também trata de identidade e memória e inclui uma nova dimensão – o espaço.

Ao atribuir o “espaço” como campo do patrimônio propõe-se dimensão geográfica da cultura e nesta linha, uma nova categoria também ganha destaque nas discussões: a Paisagem Cultural, como um importante instrumento em processos de tombamento, conceito apropriado pela UNESCO, em 1992, para “representar bens patrimoniais de relevância internacional no qual se manifestava uma influência clara e mútua entre ação humana e meio ambiente.” Desta maneira a concepção de patrimônio passa de uma noção bipartida (bem natural o bem cultural), para uma noção de patrimônio misto, integrado e independente, no que o autor define como um processo lento da “consideração do valor cultural de paisagens naturais (FIGUEIREDO, 2013). Cabe destacar que, o também geógrafo, Milton Santos, diferencia “paisagem” de “espaço”, afirmando que não são sinônimos e explicando que o primeiro “é o conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Por outro lado, o “espaço são essas formas mais a vida que as anima”. (SANTOS 2006, p. 66).

#### **4. BREVE CONCEITUAÇÃO DE TURISMO**

Os vários conceitos de turismo se transmutam em uma infinidade de autores que presos nas teias conceituais da multiplicidade de aspectos que cercam a atividade turística o definem baseados, por sua vez, em outros autores, não havendo um pleno consenso entre os estudiosos. Contudo, existe uma tendência em se considerar qualquer movimento de viagem para fora da área de habitação natural de um indivíduo, ou seja, sua casa, como uma viagem de turismo. É óbvio que esta definição não encerra em si todos os movimentos de um cidadão no sentido de deixar o seu lar cotidianamente, como por exemplo: ir ao trabalho, às compras, a cultos religiosos etc.

Uma das primeiras definições consistentes dada ao termo turismo foi estabelecida, possivelmente, pelo economista austríaco Herman Von Schullard em 1910 (apud LAGE e MILONE, 1998, p. 76), sendo “a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. Este conceito contempla duas ideias básicas: de que o turismo se caracteriza por várias operações, principalmente, de natureza econômica e que está relacionado ao movimento de estrangeiros.

A Comissão Econômica da Liga das Nações (1937) definiu o turista para fins de estatísticas internacionais de viagens como: “qualquer pessoa que viaje por um período de 24 horas ou mais em um país que não seja o de sua residência”. Por volta de 1942, os professores suíços Hunziker e Kraper (apud IGNARRA, 1998, p. 42) completaram conceituações anteriores sobre o turismo como “o complexo de relações e fenômenos relacionados com a permanência de estrangeiros em uma localidade, pressupondo-se que estes não exerçam uma atividade principal, permanente, ou temporária remunerada”. Nesse sentido, Panosso Netto (2013), diz que o turismo é visto como um conjunto de relações decorrentes de viagens e estadas de forasteiros, desde que não vinculados a alguma atividade produtiva nem com residência permanente.

#### **a. Abordagens sobre Turismo Cultural**

O principal uso do termo Turismo Cultural envolve o consumo de uma ampla gama de manifestações culturais como o patrimônio, a arte, o folclore etc. O Turismo Cultural pode ser visto geralmente como uma relação sociocultural entre pessoas que é promovida, moderada e mediada por vários atores, incluindo planejadores, políticos, pesquisadores, profissionais de marketing, agências de viagens e assim por diante.

O turismo cultural também pode ser considerado como um encontro entre sistemas sociais e culturas que produzirá mudanças, maiores ou menores, em ambos. Entendido como uma prática social, esta atividade reconstrói ou constrói identidades (por exemplo: nacionalismo, identidades sociais e transnacionalismo) e acabará por contribuir para a globalização e enquadrar um mundo globalizado (Bauman, 1999).

Boninke Richards (1992) identificam, genericamente, duas abordagens sobre a definição de turismo cultural; a abordagem de “sítios e monumentos”, focando na explicação do tipo de atrações visitadas por turistas culturais, que descreve principalmente a cultura como um produto (Richards, 1996). Essa abordagem quantitativa simplesmente assume o turismo cultural como um consumidor de atrações culturais e propõe uma visão relativamente limitada das motivações e atividades dos turistas culturais, restringindo assim sua análise a atrações e locais específicos.

Por exemplo, a abordagem de locais e monumentos do turismo cultural, tipicamente, considera as seguintes atrações e locais como expressões "intangíveis" e "tangíveis" de cultura que atraem turistas culturais, como em ECTARC, 19892 (tradução nossa):

- Sítios arqueológicos e museus
- Arquitetura (ruínas, edifícios famosos, cidades inteiras)
- arte, escultura, artesanato, galerias, festivais, eventos
- Música e dança (clássica, folclórica, contemporânea)
- Drama (teatro, filmes, dramaturgos)
- Estudo de idioma e literatura, passeios, eventos
- Festivais religiosos, peregrinações
- Culturas e subculturas completas (folclóricas ou primitivas).

A segunda abordagem, chamada “abordagem conceitual”, tenta definir o turismo cultural de forma mais qualitativa, analisando as práticas, experiências e significados do turista cultural em contato com outros lugares e culturas. Como Richards (1996, p. 38, tradução nossa) descreve; “Como no turismo em geral, as definições conceituais do turismo cultural tentam descrever o

---

<sup>2</sup>No original: “Archaeological sites and museums; Architecture (ruins, famous buildings, whole towns); Art, sculpture, crafts, galleries, festivals, events; Music and dance (classical, folk, contemporary) Drama (theatre, films, dramatists) Language and literature study, tours, events; Religious festivals, pilgrimages and Complete (folk or primitive) cultures and sub-cultures.”

motivo e os significados ligados à atividade turística cultural.” Por exemplo, McIntosh e Goeldner (1990, p. 47, tradução nossa)<sup>3</sup> definem “turismo cultural” incluindo “todos os aspectos da viagem, pelos quais os viajantes se tornam familiarizado com a herança e a história de outros ou seus modos de vida ou pensamento contemporâneos”. Em outras palavras, os processos e produtos de outras culturas são o que o turismo cultural oferece aos turistas culturais.

Além disso, Pereiro (2002) argumenta que, deste ponto de vista, o turismo cultural pode ser definido de uma maneira diferente: “Como um processo de mercantilização, uma nostalgia da herança e do passado, uma experiência psicológica, um processo de aprendizado e curiosidade, uma forma moderna de peregrinação, como uma indústria que representa valores culturais e um modo específico de consumo cultural”.

Pode-se inferir um sentido antropológico na concepção em que Perez (2009) compreende que o Turismo é uma expressão cultural. Diz que, em termos filosóficos, toda a prática turística é cultural e, por isso, Turismo não existe sem cultura. O autor complementa:

O Turismo cultural é considerado de formas diversas: atividade, experiência, formato do produto turístico, motivação ou fator chave para a viagem e/ou forma de realizar a atividade cultural. Num sentido mais restrito, o Turismo cultural seria um tipo de viagem por motivos unicamente culturais e educativos, uma definição que também apresenta os seus problemas e que não chega a ser consensual (PEREZ, 2009, p. 109).

Ao debruçar-se sobre a definição conceitual do turismo cultural pode-se infundir que essa abordagem provocou um relativo afastamento da cultura como produto tão somente para cultura, ou como processo ou como definições de cultura de “modo de vida”, e que é visível no crescente interesse dos turistas em experimentar estilo de vida, costumes e vida cotidiana de pessoas em diferentes destinos.

Nesse sentido, Gastal e Moesch (2007, p.11) afirmam que:

O turismo envolveria processos de estranhamento, ou seja, o turista, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e com o inesperado, vivenciaria processos de mobilização subjetiva que o levariam a parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas.

Em outras palavras, a preocupação anterior do turismo com recursos naturais e paisagens parece estar mais envolvida no consumo sensorial e simbólico das ideias e imagens associadas a

---

<sup>3</sup> No original: “all aspects of travel, whereby travelers become familiar with the heritage and history of others or their contemporary ways of life or thought.”

determinados destinos (OCDE, 2009). Esse padrão crescente e diversificado de consumo cultural para turistas que lidam principalmente com elementos intangíveis amplia ainda mais conceito de turismo culturalmente motivado.

## 5. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo é um negócio global, uma atividade quase ubíqua, regida por um mercado supostamente inacessível a nível local. Parece não haver dúvida de que o turismo é dirigido pela demanda; a oferta é meramente uma resposta dependente da demanda. Quando se segue essa linha, se assume que existe apenas um tipo de turismo e, portanto, se oferece uma interpretação unívoca e simplista dessa atividade: o turismo como manifestação exclusiva de interesses e lógicas de mercado. Ao fazê-lo, negasse a possibilidade de alternativas ou de suas nuances. É como acreditar que há apenas uma maneira de cultivar plantações ou animais, ou apenas uma maneira de administrar a indústria. Sabem-se que não é assim, e o mesmo vale para o turismo. Além disso, é claro que o desenvolvimento do turismo - qualquer turismo - implica uma transformação integral dos lugares onde antes não era realizado, como seria o caso de qualquer outra atividade econômica que surja do nada ou que sofra mudanças substanciais. Essa transformação causada pela atividade turística não pode ser elucidada a partir de uma leitura mecânica e apriorística; em vez disso, requer uma análise que contemple a incerteza e a ambivalência da complexidade, considerando a agência humana ao lado dos fatores estruturais evidentes.

Como qualquer outra atividade, o turismo pode ser organizado de diferentes formas, e sua versão mais convencional, e hegemônica, coloca a demanda como pedra angular do modelo de turismo, pode ser matizada com uma perspectiva mais firmemente ancorada à oferta: um modelo orientado de organização, gestão e distribuição de lucros. Naturalmente não pode haver turismo sem turistas; não há atividade sem a atração e satisfação da demanda e, nesse sentido, o turismo será sempre global. No entanto, sem contrariar este princípio de mercado, é possível definir esta atividade turística substancialmente em termos de perspectivas e interesses locais.

Neste sentido, para propor uma atividade turística mais humanizada e racionalmente explorada em seus propósitos econômicos, surge o princípio de gestão e planejamento ancorado no modelo do Turismo de Base Comunitária (doravante designado como TBC), surgido na década de

1980 e que centraliza a ideia da gestão do turismo com base na participação comunitária, sendo difundida entre os autores<sup>4</sup> que pesquisam o desenvolvimento do turismo e o reflexo deste sobre as comunidades receptoras. Em seu trabalho sobre TBC no Sergipe, Faxina & Freitas (2021, p. 248) apontam que:

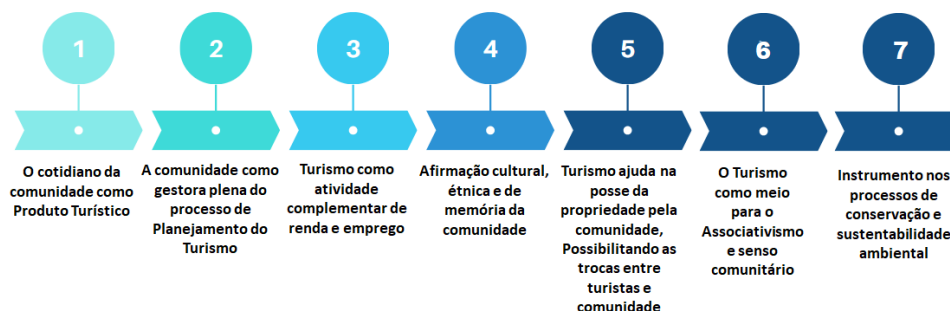
As diretrizes deste modelo orientam-se em princípios como: autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local e, sobretudo, protagonismo das comunidades locais, buscando à apropriação por parte destas os benefícios oriundos do desenvolvimento da atividade turística (Irving, 2019; Maldonado, 2009; Projeto Bagagem, 2010). Seguindo essas concepções, manifesta-se um elo entre a economia e a comunidade, que por meio de um planejamento pode resultar no favorecimento do desenvolvimento turístico com um possível foco no mercado turístico local. Desta maneira, como tema transversal sob enfoques econômicos, sociais e ambientais, o desenvolvimento do turismo pode ser convertido e potencializado em desenvolvimento local, gerando benefícios à comunidade envolvida neste processo (Lucchetti & Font, 2013; Mowforth & Munt, 2015; Zapata et al., 2011)

Ainda podemos encontrar em Silva, Ramiro, Teixeira (2009, p. 362.), em estudo sobre o fomento do TBC no Brasil, onde destacaram o turismo de base comunitária como um:

(...) tipo de organização e oferta do produto turístico [que] possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

Para compreender adequadamente uma experiência TBC, devemos analisar cuidadosamente a própria sociedade local, focando particularmente na influência que ela tem no desenvolvimento e gestão do turismo, e os efeitos do turismo sobre ela. O sucesso das experiências de TBC gira em torno do desenvolvimento local e da coesão social.

**Figura 01** – Alguns princípios do TBC



<sup>4</sup> Conforme apontam autores como: Weaver, 2010, Coriolano, 2003; Lindström & Larson, 2016; Lucchetti & Font, 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Um dos maiores desafios é exatamente como implantar uma experiência de TBC que poderá vingar exitosa e que esteja efetivamente inserida nos anseios e perspectivas de uma comunidade, quaisquer que sejam sua matriz étnica ou social, pois a condução de planejamento e gestão de quaisquer processos deste modelo deve atingir pleno engajamento social e político dos atores envolvidos, buscando superar possíveis diferenças conceituais e ideológicas no seio da comunidade, onde o bem comum irá sobrepor interesses individuais e atingirá o bem comum.

Para tanto, propugna-se que um dos caminhos possíveis, entre outros, seja entender o TBC como uma possibilidade de Inovação Social, dentro dos seus parâmetros já testados e amplamente discutidos nos fóruns apropriados, sejam acadêmicos, políticos ou da sociedade civil.

## **6. USO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO CULTURAL**

O Turismo de Base Comunitária é uma abordagem que enfatiza o envolvimento da comunidade local no planejamento, operação e gerenciamento de atividades turísticas, com o objetivo de maximizar os benefícios econômicos e sociais para a comunidade. A inovação social é o processo de desenvolvimento e implementação de novas ideias, estratégias, conceitos, tecnologias ou práticas que visam a resolver problemas sociais e melhorar a vida das pessoas.

A relação entre os dois é que o turismo de base comunitária pode ser visto como uma maneira de promoção e preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de uma localidade, pois permite que as comunidades locais desenvolvam soluções criativas para os desafios econômicos e sociais enfrentados através de atividades turísticas.

A sinergia entre patrimônio cultural e turismo de base comunitária é uma abordagem valiosa para o desenvolvimento sustentável do turismo em uma região. Ambas as vertentes estão intrinsecamente conectadas, e sua combinação pode trazer benefícios significativos tanto para a comunidade local quanto para os visitantes. Amaral et al (2017, p. 147) ressalta que: “A França, que é considerada a pioneira na discussão, publicou um Manifesto em 1972, incentivando entre outras a

cooperação de base local, preservação da autenticidade rural e comercialização de produtos específicos com uma imagem de marca”.

Contudo, deve-se ponderar que o turismo não é uma atividade isenta de problemas e que pode ser uma possibilidade infinita de soluções benéficas para alguma comunidade ou sociedade estabelecida no tempo e espaço. Devemos entender que a Cultura na maioria dos estudos da atividade turística está subordinada ao imperativo financeiro e que atende ao mercado, consubstanciado na regra da oferta e da procura. Nesse sentido, Bartholo, 2008 p. 50) diz que:

O “nexo dinheiro” da mercantilização invade cada vez mais espaços relacionais, ampliando quase irrestritamente o campo de vigência do mundo das coisas que tem um preço. Neste mesmo processo o cidadão vai sendo transfigurado no consumidor/expectador. Monetarização e espetacularização se retroalimentam como vetores de uma colonização da vida vivida por estruturas produtoras de experiências de segunda mão.

As possibilidades de descaracterização cultural e as possíveis tensões sociais que poderão ser advindas da relação entre turistas e comunidade local devem ter uma preocupação fundamental no planejamento da oferta do patrimônio histórico e cultural, pois o turismo enquanto a atividade comercial e mercadológica tende a apresentar a cultura como um produto atrativo, pronto para ser consumido. Nessa perspectiva, elementos culturais são frequentemente destacados como atrativos turísticos, embalados em pacotes prontos para serem vendidos aos visitantes ávidos por experiências exóticas e autênticas.

Essa abordagem, embora possa impulsionar o setor turístico e gerar receitas econômicas significativas, também suscita importantes questões éticas e culturais. A cultura, quando reduzida a uma mera mercadoria, pode perder sua essência e significado, tornando-se uma representação estereotipada e superficial do que realmente é.

Nas últimas décadas, o comportamento do turista começou a mudar à medida que os turistas buscam uma nova abordagem inexperiente dos destinos, onde possam vivenciar a cultura local e se envolver em suas viagens. Portanto, sua intenção de viajar não é apenas explorar novos destinos existentes, mas também cultura, ética, vestígios antigos e história local em que possam ir além das viagens comuns e ter experiências autênticas e significativas com base em percepções pessoais.

Da mesma forma, do ponto de vista do turismo, como o turismo se tornou uma atividade para servir propósitos de viagem e impulsionar a economia de um país, ele também permite que as

comunidades locais ofereçam uma oportunidade para os turistas aprenderem e desfrutarem de sua cultura, promovendo sua própria herança e história histórica, obtendo como possíveis benefícios para sua Cultura e Patrimônio Histórico:

1. **Preservação do Patrimônio Cultural:** O turismo de base comunitária se concentra em promover o patrimônio cultural e natural de uma região, envolvendo ativamente as comunidades locais na gestão e preservação de seus recursos culturais. Essa abordagem ajuda a valorizar a herança cultural da área e a evitar a diluição de tradições e conhecimentos ancestrais.

2. **Interação Autêntica com os Visitantes:** Os turistas que participam do turismo de base comunitária têm a chance de interagir de maneira mais autêntica com os residentes locais, compartilhando experiências, aprendendo sobre suas culturas e estilos de vida, e contribuindo para a economia local por meio da compra de artesanatos e produtos tradicionais.

3. **Desenvolvimento Sustentável do Turismo:** A abordagem de base comunitária visa à sustentabilidade em longo prazo, garantindo que as atividades turísticas sejam planejadas e executadas de maneira responsável e consciente do meio ambiente, evitando a exploração excessiva dos recursos naturais e minimizando os impactos negativos na cultura e na natureza.

4. **Preservação de Identidades Culturais:** O envolvimento das comunidades locais na gestão do turismo garante que suas tradições e modos de vida não sejam diluídos ou prejudicados pela influência externa. Em vez disso, o turismo pode ajudar a fortalecer e revitalizar a identidade cultural das comunidades.

5. **Educação e Sensibilização:** O turismo de base comunitária oferece oportunidades para a educação dos visitantes sobre questões culturais, sociais e ambientais, aumentando a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e da responsabilidade dos turistas em respeitar as tradições locais.

Portanto, uma abordagem adequada para a gestão e o planejamento do Patrimônio Histórico e Cultural é o envolvimento de todas as partes interessadas, bem como o papel ou o comportamento do turista em relação aos locais. Desta maneira, deve haver sempre uma compreensão cultural e o respeito necessário: para os habitantes locais, os turistas e a gestão pública e privada.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de base comunitária vem ganhando espaço no mundo como alternativa aos destinos turísticos tradicionais, principalmente nos países em desenvolvimento. Esta forma de turismo permite um maior contato com a comunidade local e que o turista experimente novas sensações ao mesmo tempo em que possibilita o desenvolvimento econômico e social da área geográfica, bem como pode proporcionar o bem-estar da comunidade e o empoderamento da comunidade para o turismo sustentável.

Para compreender adequadamente uma experiência TBC, devemos analisar cuidadosamente a própria sociedade local, focando particularmente na influência que ela tem no desenvolvimento e gestão do turismo, e os efeitos do turismo sobre ela. Quando tentamos desvendar as chaves das iniciativas turísticas de base comunitária, e nosso olhar se desloca do fenômeno explicitamente turístico para o funcionamento da sociedade local, muitas vezes nos voltamos para noções como capital social ou capital humano, construídos com base em atributos como confiança, reciprocidade, compromisso e justiça, entre outros. O sucesso das experiências de TBC gira em torno do desenvolvimento local e da coesão social.

A cultura contribui para o desenvolvimento urbano em diversos aspectos, como, por exemplo, é também uma plataforma para o desenvolvimento social e econômico, bem como para a competitividade. Os locais históricos são ativos para o desenvolvimento de comunidades urbanas, promoção de indústrias culturais e criativas e valorização do turismo sustentável. Essas atividades contribuem para a redução da pobreza, gerando renda e criando empregos para as comunidades locais.

Um dos maiores desafios é exatamente como implantar uma experiência de TBC que poderá vingar exitosa e que esteja efetivamente inserida nos anseios e perspectivas de uma comunidade, quaisquer que sejam sua matriz étnica ou social, pois a condução de planejamento e gestão de quaisquer processos deste modelo deve atingir pleno engajamento social e político dos atores envolvidos, buscando superar possíveis diferenças conceituais e ideológicas no seio da comunidade, onde o bem comum irá sobrepor interesses individuais e atingirá o bem comum, permitindo também um processo de definição de seus valores culturais, descrevendo seu modo de vida para o mundo exterior e refinando suas habilidades de comunicação não só ajudam as pessoas locais a interagir

com os turistas, mas, essas habilidades, também capacitam às pessoas locais a negociar e representar-se mais eficazmente com outros grupos externos.

Por outro lado, sabe-se que a conservação do patrimônio edificado pode ser dispendiosa, tanto para o erário público quanto para os seus proprietários. As despesas podem residir no custo de restaurar e conservar a estrutura de um lugar ou nos custos de oportunidades perdidas no uso alternativo de uma edificação histórica. É claro que o patrimônio se constitui uma atração turística de amplo apelo, amplamente utilizado em todo nosso planeta, pois é percebido pelos visitantes como um testemunho da identidade e atratividade do local e pelos residentes como fonte de receita e desenvolvimento do sistema de turismo.

Sugerimos assim que o turismo cultural pode se transformar em um motivo econômico para preservar o patrimônio histórico e cultural, pois confere um valor econômico e social nos bens patrimoniais, contribuindo assim para a preservação e conservação para as gerações futuras. O turismo e a cultura podem e devem coexistir, mas é fundamental que essa relação seja pautada pela responsabilidade e respeito mútuos. Enquanto o turismo pode proporcionar uma valiosa oportunidade para que a cultura seja apreciada e compartilhada, é imprescindível que não a reduza a uma simples mercadoria. A autenticidade cultural deve ser preservada, e a atividade turística deve ser conduzida de maneira ética e sustentável, valorizando o patrimônio cultural como um tesouro a ser protegido e apreciado por todos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, A.F.; Sampaio, A.C.M.; Messias, N.C.; Jesus, V.S.G. Turismo de Base Comunitária: possibilidades de empoderamento da Comunidade Serra Negra, Almas (TO). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.10, n.1, fev-abr 2017, pp. 142-156

ANDRADE, J.V. Turismo: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 5ª Ed. São Paulo: SENAC/SP, 2011.

BONI, Idalina Maria; VIEIRA, Rafaela. Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC. Interações (Campo Grande) 16 (2) • Jul-Dec 2015 • <https://doi.org/10.1590/151870122015211>

**BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO.** Secretaria Nacional De Qualificação E Promoção Do Turismo Departamento De Marketing E Apoio À Comercialização Coordenação Geral De Produtos Turísticos. GLOSSÁRIO DO TURISMO: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. 1ª EDIÇÃO : BRASÍLIA — DF 2018.

**CASTELLI, G..** Gestão hoteleira. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHANEY, Edward. The evolution of the grand tour: Anglo-Italian cultural relations since the Renaissance. Portland OR: Routledge, 2000.

Disponível

em:

[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario\\_do\\_Turismo\\_-\\_1%C2%AA\\_%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo_-_1%C2%AA_%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf), acesso em 17/03/2022.

FAXINA, Fabiana; FREITAS, Lara Brunelle Almeida. ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRA CAÍDA, SERGIPE, BRASIL Tur., Visão e Ação 23 (1) • Jan-Apr 2021 <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p242-262>

GARCÍA-FLORES, V. & PALMA, L. (2019): “Innovación social: Factores claves para su desarrollo en los territorios”, CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, 97, 245-278. DOI: 10.7203/CIRIEC-E.97.14148

GREGOIRE, M. (2016). Exploring various approaches of social innovation: a francophone literature review and a proposal of innovation typology. RAM. Revista de Administração Mackenzie, 17(6), 45-71. <http://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p45-71>

**IGNARRA, Luiz Renato.** Fundamentos do turismo. São Paulo: Pioneira, 1998.

JULIANI, Douglas. INOVAÇÃO SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (Instituto Federal de Santa Catarina). [https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14\\_0269.pdf](https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0269.pdf)

**LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César.** Economia do Turismo. Campinas: Papius, 1998.

MOULAERT, Frank & Maccallum, D. & Hillier, Jean. (2013). Social innovation: Intuition, precept, concept, theory and practice. Social Learning and Transdisciplinary Research. 13-24. 10.4337/9781849809986.00011.

MURRAY, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G.. The open book of social innovation. London: The Young Foundation, 2010.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

SANTOS PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO INOVAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO TURISMO EM ESPAÇOS RURAIS**. Ponta de Lança, São Cristóvão, v.10, n. 19, jun.- dez. 2016. <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9576/7436>

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. São Paulo: Leya, 2014.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

THEOBALD, William. **Global Tourism**. Oxford, England: Utterworth-Heinemann, 1998.

TOMELIN, Carlos Alberto; RUSCHMANN, Doris van de Meene. A formação, a carreira e o bacharel em turismo. In: RUSCHMANN, Doris. TOMELIN, Carlos Alberto (orgs): Turismo, ensino e práticas interdisciplinares. Barueri, SP: Manole, 2013. p. 219-235.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. Introdução a administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional – teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1991.